

A importância do PIBID para formação docente¹

Sandro da Silva²
Mariana Dicheti Gonçalves³
Edson Romário Monteiro Paniágua⁴

Resumo: O presente trabalho pretende realizar reflexões à cerca da importância do processo de formação de profissionais da área da educação. O objetivo reside em analisar a contribuição do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) para a formação de educadores. O estudo caracteriza-se de cunho qualitativo, utilizando o procedimento metodológico da pesquisa exploratória, tendo em vista a reflexão sobre a experiência no ano de 2016 no subprojeto História da Universidade Federal do Pampa/Campus São Borja e executado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Vicente Goulart, através das referências utilizadas. O PIBID vem contribuindo com a construção da prática docente a medida que proporciona aos educadores em formação um contato antecipado com a realidade de sala de aula e com todo contexto do ambiente escolar, ao fazer isto aproxima a teoria adquirida na universidade à realidade da prática nos educandários o que contribui para a formação de profissionais qualificados e capazes de interferir no contexto da escola pública.

Palavras-chave: prática docente; educador; PIBID.

Para a realização das reflexões pretendidas neste trabalho recorreremos à literatura especializada sobre o tema, o que nos permitiu realizar um levantamento do contexto histórico referente às políticas educacionais. No Brasil podemos evidenciar como uma importante referência atual nas transformações educacionais vivenciadas pelo país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sobre a alcinha do N° 9394, de 20 de dezembro de 1996, representa a institucionalização das políticas educacionais e a regulação da organização da educação brasileira, considerando as prerrogativas da Constituição Federal de 1988. A LDB em seu Artigo 62 regulamenta o processo de formação de profissionais da educação. O artigo aborda questões como os níveis de formação e estabelece como requisito para os profissionais atuarem na educação básica

¹ GT Educação e Arte

² Graduando no Curso de Ciências Humanas – Licenciatura na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja. Bolsista Capes/CNPq – no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência E-mail: sandro.cscp@gmail.com

³ Graduanda no Curso de Ciências Humanas – Licenciatura na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja. Bolsista Capes/CNPq – no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência E-mail: marianadicheti30@gmail.com

⁴ Doutor em História. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja. Bolsista Capes/CNPq. Coordenador do subprojeto História – PIBID E-mail: edsonpaniagua@gmail.com

a formação em nível superior, porém continua a admitir que profissionais de nível médio continuem atuando nas séries iniciais, que correspondem aos quatro primeiros anos do ensino fundamental Canan (2012).

A conjuntura dos anos 1990 no Brasil era da implantação da agenda neoliberal e as diretrizes da educação também foram disputadas por esta agenda, vale ressaltar que a partir de 1995 o país começa a passar por uma série de reformas que impõe um ajuste fiscal ao Estado brasileiro e a redução das suas capacidades. No campo da educação algumas mudanças foram influenciadas por organizações internacionais, como afirma Canan (2012), mas também alerta para os perigos embutidos nos artigos 62 e 63 da LDB, no que se refere à qualidade da formação de educadores ao passo que a nova legislação propõe que a formação de profissionais não fique a cargo apenas das universidades e sua tríade da educação (ensino, pesquisa e extensão), fundamental para o processo de formação, mas ao criar novos espaços para formação, gera também uma temerosidade quando a qualidade da formação.

Diante dos desdobramentos causados pelas mudanças abriu-se um novo precedente de discussões que envolvem problematizações. Sendo o educador a ponta da política pública para educação, ou na terminologia das teorias das políticas públicas o burocrata em nível de rua, que no caso é o responsável direto pela execução de uma política, que trata diretamente com a clientela da ação específica e principal incumbindo de seu sucesso, e que isto, depende de suas competências e de seu saber fazer bem. É de extrema necessidade fazer algumas indagações, a primeira delas refere-se, sobre o porquê o ator principal (educador) não é favorecido pelas diretrizes que emitem as suas competências e a segunda é, esses atores participam dos processos que definem a política educacional que devem executar.

O ato de analisar alguns documentos que tem como origem o Conselho Nacional de Educação (CNE) torna possível considerar que os os saberes e práticas dos educadores foram redimensionados, assim como o processo de formação com intuito de atender as prerrogativas da reforma do Estado brasileiro dos anos 1990. Desdobram-se disto outras questões que estão contidas no parecer 09/2011 do CNE, como a desarticulação entre teoria e prática, tornando a prática um recinto que acomoda o conhecimento teórico e também coloca de forma centrada a tese da competência como diretriz da atividade laboral do profissional da educação, o que reduz a atividade apenas a uma inquirição dotada de técnica e com uma finalidade de dimensão singular. Afirma, Pistrak (2011) uma prática pedagógica sem finalidade social não justifica a função da escola, neste contexto a técnica é apenas justificada como uma consequência do que a teoria proporciona enquanto critério indispensável para a construção da técnica. Outros documentos advindos do CNE,

são importantes para contextualização a Resolução CNE/CP 01/2002 e a CNE/CP 02/2002, em seu bojo deliberam sobre a carga horária dos cursos de licenciatura e emitem as diretrizes para formação dos profissionais da área da educação.

Para Cruz (2007), as reformas tem sua elaboração realizada de forma distante da realidade cotidiana do educador e de suas práticas, outra característica das reformas é a separação entre a concepção de educação, o fazer e a organização.

Com referência a esta problematização o entendimento sobre o papel exercido pelas diretrizes é de que:

Isso retira do profissional da educação a possibilidade de desenvolver-se como intelectual responsável por uma área específica do conhecimento, atribuindo-se a ele uma dimensão tarefaira, para o que não precisa se apropriar dos conteúdos da ciência e da pesquisa pedagógica (CANAN, 2012, p. 5).

É imprescindível para superar os obstáculos educacionais da atualidade uma busca incessante para construir um novo paradigma capaz de substituir o ensino livresco e conteudista, por um modelo que, esteja preocupado com a realidade e sua transformação.

Porém o que é perceptível a existência de alguns vácuos deixados pelas reformas propostas que foram contextualizadas até o presente momento. Um ganho em relação a isto é a instituição da Política Nacional de Formação de Professores, através do Decreto 6755/2009. O governo da época pretendeu com decreto, além de melhorar a qualidade dos profissionais formados das áreas específicas que compõem o currículo do ensino básico, ao mesmo tempo buscou com tal medida encurtar as distâncias dicotômicas existentes entre a teoria e a prática. Outro aspecto que o decreto visa atingir é a elevação da qualidade do processo de formação de educadores através de iniciativas que tem com o intuito de aproximar os acadêmicos da realidade contextual da escola pública e promover a interação entre a universidade e a educação básica, tal medida proporciona uma troca de saberes e experiências entre o educador já com experiência profissional e o educador em processo de formação.

A precarização inicia-se durante o processo de formação superior de profissionais da educação, em sua grande maioria estes profissionais acabam saindo das universidades sem estar totalmente preparados para enfrentar a realidade de uma sala de aula, por terem pouco contato com a realidade escolar.

Um fato importante que ocorreu no Brasil a partir de 1995 é uma expansão do ensino superior no país, porém o setor privado é o grande responsável pela expansão o que implica,

segundo Mancebo (2015) em um processo de mercantilização da educação superior no país, para atender as demandas do mundo contemporâneo e reforma do Estado em curso no período. O próprio CNE e os governos contribuem com este processo ao regulamentarem e presenteararem o setor privado com incentivos, este setor oferta cursos de baixa qualidade e não tem nenhum compromisso além de seu lucro com os interesses nacionais e principalmente com a formação de profissionais para atuarem no ensino básico.

Outros fatores também contribuem com processo de precarização para além do processo de mercantilização da educação e das diretrizes que redimensionaram a atividade docente. A precarização não é um fato recente no quadro da educação no Brasil, mas a partir da década de 1970, amplia-se em decorrência da necessidade de oferta da escolaridade e de profissionais, o que acaba interferindo no processo de formação dos profissionais e nas condições de trabalho dos educadores, em virtude do sistemático aumento da demanda por escolaridade no período tanto no ensino fundamental quanto no médio no país. Em 1960 existiam 248 mil profissionais habilitados à docência, para atender uma demanda de 11,6 milhões no ensino fundamental e em meados da década seguinte, mais precisamente em 1975, à demanda por ensino médio era de 1,9 milhões, em 1994 a mesma demanda era de 5,1 milhões, a do ensino fundamental estava na casa 31,2 milhões e número de docentes habilitados era de 1.377.665. A expansão da demanda por escolaridade é um fator visível através dos dados expostos e a precarização reside nos desdobramentos causados pela expansão, um deles é contratação pessoal para o exercício profissional sem habilitação outro é uma formação afastada da prática (PAIVA, 1998 apud SAMPAIO; MARIN, 2004, p. 1205).

O processo de precarização agrava-se cada vez mais ao longo do tempo deixando a educação em estado de alerta, outros aspectos que colaboram com este contexto além da falta de estrutura nos educandários, que não acompanharam o aumento da demanda. A desvalorização dos profissionais da educação, pelo recebimento de salários defasados. Este cenário acaba impondo a muitos educadores uma duplicação ou até mesmo uma jornada tripla de trabalho para elevar seus ganhos, além disto, uma jornada ampliada também pode significar não exercer suas tarefas profissionais no mesmo local, elemento que acaba diminuindo o tempo para planejar e organizar suas atividades laborais. Com relação aos salários (SINISCALCO, 2003 apud SAMPAIO; MARIN, 2004, p. 1210-1215) expõe que o Brasil na questão salarial encontrava-se entre os sete piores do mundo e outra questão que incide na precarização, mas precisamente nas relações de trabalho é a razão entre Professor/Aluno. Os dados apontavam em 1999, que no ensino fundamental (educação primária) a razão era de 28,9 alunos para um professor, já nas series iniciais é de 33,7 e no ensino médio é 38,4. O que se percebe é um aumento progressivo da razão, e quando comparado com países da

OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), além da razão ser em média menor ela diminui de 17 na educação primária para 15 nas series iniciais e no ensino médio 14.

A precarização então é a soma dos fatores apresentados, da ampliação da necessidade de escolarização no Brasil, da permissividade da contratação de profissionais não habilitados em decorrência da falta de um quadro de reserva qualificado para exercer a docência, dos salários defasados que não proporcionam condições de vida dignas aos profissionais da área o que interfere na sua atuação e impõe a ampliação da jornada de trabalho e por fim a razão professor/aluno que no país é superior em relação aos países da OCDE e que intervêm diretamente nas condições de trabalho.

Uma das iniciativas a posteriori do Decreto 6755/2009, foi o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que foi criado no ano de 2010, com a intenção de valorizar a carreira e aproximar profissionais em processo de formação do contexto escolar propiciando um contato antecipado entre os futuros educadores e as salas de aula da rede pública, fato que é de extrema relevância no processo de formação profissional, principalmente na edificação de abordagens metodológicas que dialoguem e se adaptem com o contexto dos educandos e o ambiente escolar.

O PIBID oferece bolsas para graduandos de licenciatura, na modalidade presencial que realizam estágios na rede pública de escolas através de projetos de iniciação a docência, buscando a integração das escolas com a universidade visando à melhoria da educação Brasileira. Além de ter como objetivo a inserção de acadêmicos no meio escolar, o PIBID tem de acordo com o art. 3º do Decreto n. 7219, de 24 de junho de 2010 o objetivo de:

- I – incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II – contribuir para a valorização do magistério;
- III – elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV – inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- V – incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como conformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- VI – contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Para que todos esses objetivos sejam realizados corretamente, o PIBID é composto por cinco modalidades de bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), são eles Coordenador Institucional Docente do quadro efetivo da instituição

superior de ensino, Coordenador de Área de Gestão de Processos Educacionais Docente do quadro efetivo da instituição de ensino superior, Coordenador de Área/Campus Docente do quadro efetivo da instituição de ensino superior, Bolsista de Supervisão Docente da Educação Básica com experiência e atuação efetiva na docência em área relacionada ao subprojeto para o qual foi selecionado e Bolsista de Iniciação à Docência Estudante de licenciatura de curso relacionado à área do subprojeto.

A importância do PIBID é visível, pois além de incentivar a iniciação a docência aproximando as escolas da universidade, contribui para a formação de educadores, proporcionando colocar a teórica aprendida na universidade em prática vivenciando a dinâmica escolar, esta experiência proporciona aos bolsistas a busca por soluções encontradas no cotidiano escolar da rede pública. Desta maneira o programa tem impacto positivo na formação dos novos profissionais, visto que conhecendo e enfrentando as dificuldades impostas no dia a dia é possível uma nova forma de educar buscando a construção da técnica embasada nas teorias para tornar mais eficiente o processo de aprendizagem para os educandos. O educador neste sentido:

precisa ter habilidade para organizar e transmitir esse saber, mediante uma ação teórico-prática, ou seja, a fundamentação teórica ligada à ação, para ela o termo bem é que faz toda a diferença, mantém um grau de importância central, assumindo um cunho ético em relação à competência do professor. Sendo assim, entendemos que o professor não deve ser, simplesmente, um mero transmissor de conteúdos e sim um mediador que propõe ao seu aluno a reconstrução dos saberes, Desta forma, as competências passam a direcionar o trabalho docente, devendo ser colocadas como prioridade para melhores resultados (CANAN, 2012, p. 4).

O PIBID é um programa que tem importância para a formação de profissionais educadores, visando a sua qualificação e a adaptação as escolas públicas, levando-os para a realidade das escolas, através de projetos e subprojetos ligados as instituições de ensino superior que os propõe, fato que possibilita um primeiro contato com várias realidades. “docente chega à escola com seus ideais e entra em choque com uma dicotomia entre teoria e prática, cuja distinção ainda é recorrente em algumas realidades tanto da Educação Básica como na Educação Superior” (RAUSCH, 2013, p.626).

Com este primeiro contato os profissionais acabam percebendo que o contexto escolar e sua complexidade acabam fugindo da teoria, assim percebem a necessidade da reconstrução teórica a partir da realidade. Com isto os licenciandos adquirem ferramentas para sempre estarem buscando nas experiências vivenciadas dentro do ambiente escolar os elementos para aperfeiçoar-se e assim

obtendo mais conhecimento e expertise para tornarem-se profissionais aptos para enfrentar as dificuldades que envolvem seu universo de trabalho.

Para os futuros docentes esta primeira experiência é fundamental no que tange a construção ao longo de seu processo de formação, e sendo assim adquire-se cada vez mais experiência. O trabalho em grupo junto aos demais colegas bolsistas é outro fator de extrema relevância, pois o planejamento coletivo e de forma interdisciplinar é uma forma de transpor as limitações impostas à carreira docente. O que para o processo de formação faz todo um diferencial tendo em vista que o contato com a realidade escolar ocorre normalmente apenas nos estágios obrigatórios contidos dentro da grade curricular das graduações, logo o educando em formação quando chega nesta etapa de sua construção profissional tem um conhecimento amplo do espaço escolar e ambienta-se com mais facilidade à realidade escolar, com isto conseguem desenvolver sua atividade docente com mais qualidade, assim podendo trazer a sala aula uma técnica já aprimorada pela experiência anterior, pois já praticou nos projetos do PIBID.

Para alguns acadêmicos bolsistas a qualificação do ensino propiciada pelo PIBID está relacionada ao rompimento do tradicionalismo pedagógico ainda vigente nas redes públicas de ensino, para a adesão a uma cultura educacional que considere o contexto sociocultural a fim de proporcionar conhecimentos mais significativos para todos os envolvidos (RAUSCH, 2013, p. 632-633).

Com isto, o PIBID é uma maneira de encarar os primeiros contatos com a docência buscando cada dia um aprendizado novo, assim possibilitando uma melhor formação acadêmica, construindo profissionais com experiências de atuação laboral e consequentemente com mais capacidade para o exercício da docência.

No subprojeto história vinculado ao Curso de Ciências Humanas Licenciatura e a Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, o programa tem feito um diferencial de suma importância e contribuído para processo de formação de trinta bolsistas que desenvolvem suas atividades em três escolas da rede pública.

A experiência durante a formação de ter o contato com a realidade da escola e o fato de participar de atividades docentes como o planejamento, organização, aliados a pesquisa e a prática em sala de aula, o que não é um fato isolado como constata a pesquisa realizada por Silvia Canan, que aplicou a técnica do grupo focal, em bolsistas do PIBIB de diferentes cursos de licenciatura da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) campus Frederico Westphalen, como: Pedagogia, Matemática, Ciências Biológicas, Letras. A partir da técnica

aplicada, pode-se então, ressaltar alguns termos, conforme (CANAN, 2012, p. 11) “pesquisa, planejamento, formação, amor, visão de mundo, oportunidade, realização e qualificação profissional”, desta forma, percebemos que o PIBID está sendo, sim, importante para a formação inicial das acadêmicas deste grupo”.

Considerando os destaques apontados acima, correspondem a elementos presentes na interação entre os indivíduos e suas subjetividades com espaço de atuação profissional e mediante a relação coletiva estabelecida o PIBID, através das intersubjetividades contribui também para o desenvolvimento de uma identidade profissional. Conforme é apontado que:

As atividades desenvolvidas pelo PIBID nas escolas, estreitam a relação da formação inicial nas universidades – nos cursos de licenciatura – com a prática profissional dos professores nas escolas, pois permitem que os licenciandos incorporem elementos necessários a formação de sua identidade profissional docente (OLIVEIRA; BARBOSA, 2013, p.153).

De fato o PIBID enquanto componente de uma política pública voltada para qualificar o processo de formação docente, além de operar em favor da valorização da carreira, possibilita aos bolsistas a prática, o contato com a realidade escolar serve também como uma baliza para que os estudantes tenham capacidade de decidir se realmente pretendem prosseguir na carreira docente. Mas ressalta-se que o mais importante é o fato de que o programa incentiva e instrumentaliza para a superação dos problemas históricos existentes na educação brasileira, o que no futuro pode contribuir para elevação da qualidade das escolas da rede pública. Neste sentido, afirma (OLIVEIRA; BARBOSA, 2013, p.156) que o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência “vem se apresentando como uma das políticas públicas de formação de professores mais importantes realizadas nas últimas décadas e que oportuniza, sobretudo para as Licenciaturas, consolidar o processo de acesso e permanência de seus graduandos”.

No segundo semestre do ano de 2016, ao analisarmos os portfólios produzidos ao final das atividades do projeto “Estimulando o Exercício da Cidadania na Escola Municipal de Ensino Fundamental Vicente Goulart⁵” é perceptível nos relatos, que a experiência experimentada pelo grupo, que dos dez bolsistas, sua maioria era composto por acadêmicos de segundo semestre que relatam terem ocorrido dificuldades iniciais, mas que ao longo do desenvolvimento do trabalho proposto o acúmulo de experiências teve grande importância. O trabalho em grupo é outro ponto em destaque, primeiramente demonstrou-se fraco e permeado pelas individualidades que divergiam em

⁵ Informações sobre o projeto e as atividades desenvolvidas em 2016, estão disponíveis em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/pibid/esc-mun-ens-fund-vice-goulart-projeto-2016/>

relação aos aspectos da produção do projeto e das atividades, mas que ao longo do tempo acabaram por ser superados.

No que tange o desdobramento das atividades planejadas e aplicadas surgiram as dúvidas quanto ao trabalho que estava sendo colocado em prática, mas quando colocados à prova em atividade realizada ao final do projeto e em atendimento a uma solicitação da escola, que demandou para os pibidianos uma atividade que envolvesse todos os alunos da escola. A atividade proposta foi realização de uma gincana, onde as duas turmas de sétimo ano onde o projeto era executado foram as duas referências para montar as equipes, já que em muitos momentos as tarefas relacionavam-se os conteúdos desenvolvidos pelos bolsistas em sala de aula. Nesta atividade foi possível perceber que houve absorção das temáticas propostas.

É provável que as dúvidas tenham surgido em virtude da utilização de práticas pedagógicas mais conservadoras nos atos precursores e que no decorrer do período foram sendo modificados pela criatividade do grupo e pela sua percepção ao observar a própria atuação de que era preciso construir atividades que despertassem o interesse dos educandos atendidos pelo projeto.

Uma das contribuições do PIBID é proporcionar este processo de entrar em sala de aula, o que a cada experiência geram uma oportunidade e observar e absorver aspectos que possibilitam uma reflexão a cerca dos métodos utilizados e sua constante adaptação a cada particularidade, além reafirmar a escolha profissional.

Ainda que o relato seja breve ele consegue demonstrar com clareza que o PIBID é um programa que oportuniza uma experiência única no processo de formação de educadores, que ao antecipar o contato com as dinâmicas do ambiente escolar, ainda que a escola a partir das observações tenha acabado materializando-se como um espaço construído socialmente, porém hierarquizado e conservador. Muitas são as dificuldades que se apresentam como realidade, na escola Vicente Goulart, porém as interações proporcionadas pelo PIBID aprofundam o compromisso de formar sujeitos autônomos e críticos e da busca por uma escola pública e de qualidade.

Considerações finais:

Neste trabalho inicialmente abordamos uma contextualização histórica das políticas educacionais implementadas no Brasil, sendo possível considerar que tais medidas pouco contribuem com o desenvolvimento das práticas laborais dos educadores, ao passo que redimensionaram as competências e criaram um abismo entre teoria e prática docente, além de

serem construídas longe das realidades do contexto escolar da rede pública, fatores que desvalorizam a profissão e que apenas a partir do Decreto 6755/2009 visam corrigir distorções históricas criando um Política Nacional de Formação de Professores.

O PIBID a cada dia torna-se uma realidade concreta no campo da política educacional de formação de educadores, proporcionando aos futuros educadores uma associação indispensável entre teoria e prática, para a construção de sua identidade enquanto profissional da educação. O programa proporciona também a realização de atribuições contidas nas diretrizes que definem as competências de um educador, que nem sempre os educadores inseridos na realidade da rede pública conseguem desempenhar durante sua carga horária, que apesar de estar regulamentada nem sempre ocorre devido às condições precárias as quais os profissionais estão submetidos.

Mesmo que ainda não se possa afirmar com precisão que a política de formação de educadores contribuirá de forma significativa para as transformações necessárias na educação brasileira, é possível afirmar que vem contribuindo para elevar a qualidade dos profissionais em formação.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 09 de março de 2017.
- CANAN, Silvia Regina. PIBID: promoção e valorização da formação docente no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores, Revista Brasileira de pesquisa sobre Formação Docente, Belo Horizonte, v. 04, n. 06, p. 24-43, jan./jul. 2012.
- CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespid>. Acesso em: 09 de março de 2017.
- CRUZ, Giseli Barreto da. A prática docente no contexto da sala de aula frente às reformas curriculares, Educar, Curitiba, n. 29, p. 191-205, 2007.
- OLIVEIRA, Amurabi; BARBOSA, Vilma Soares Lima. FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CIÊNCIAS SOCIAIS: Desafios e possibilidades a partir do Estágio e do PIBID, Revista Eletrônica Inter-Legere - Número 13, julho a dezembro de 2013.
- MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. Revista Brasileira de Educação, v. 20 n. 60 jan.-mar. 2015.
- MEDEIROS, Marinalva Veras. FORMAÇÃO DOCENTE: DA TEORIA À PRÁTICA, EM UMA ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA, Revista E-Curriculum, v. 1, n. 2, junho de 2006.
- PISTRAK, Moisey Mikhailovich. **Fundamentos da escola do Trabalho**. -- 3.ed. -- São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- RAUSCH, Rita Buzzi. CONTRIBUIÇÕES DO PIBID À FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NA COMPREENSÃO DE LICENCIANDOS BOLSISTAS, ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO - PPGE/ME, v. 8, n. 2, p.620-641, mai./ago. 2013.
- SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E SEUS EFEITOS SOBRE AS PRÁTICAS CURRICULARES, Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, Set./Dez. 2004.
- VALE, Ana Maria do. Educação Popular na escola pública. – 3.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.